



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

AMARO SOARES BEZERRA

**A EXPANSÃO IMOBILIÁRIA EM ÁREAS PERIFÉRICAS DO MUNICÍPIO DE
CAMPINA GRANDE-PB E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA:
habitação, segregação socioespacial e especulação**

**CAMPINA GRANDE-PB
2022**

AMARO SOARES BEZERRA

**A EXPANSÃO IMOBILIÁRIA EM ÁREAS PERIFÉRICAS DO MUNICÍPIO DE
CAMPINA GRANDE-PB E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA:
habitação, segregação socioespacial e especulação**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento do Curso
de Geografia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Arthur Tavares Valverde

**CAMPINA GRANDE-PB
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B574e Bezerra, Amaro Soares.

A expansão imobiliária em áreas periféricas de Campina Grande - PB e o Programa Minha Casa Minha Vida [manuscrito] : segregação socioespacial e especulação / Amaro Soares Bezerra. - 2022.

30 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2022.

"Orientação : Prof. Dr. Arthur Tavares Valverde , Departamento de Geografia - CEDUC."

1. Habitação . 2. Política habitacional . 3. Segregação socioespacial. 4. Especulação imobiliária. I. Título

21. ed. CDD 363.5

AMARO SOARES BEZERRA

**A EXPANSÃO IMOBILIÁRIA EM ÁREAS PERIFÉRICAS DO MUNICÍPIO DE
CAMPINA GRANDE-PB E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA:
habitação, segregação socioespacial e especulação**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento do Curso
de Geografia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de licenciado em Geografia.

Aprovada em: 30/03/2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Arthur Tavares Valverde (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Maria Marta dos Santos Buriti (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Ms. Hélio de Oliveira Nascimento (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	6
2.1	A habitação no Brasil: breve histórico.....	6
2.2	O Programa Minha Casa Minha Vida em Campina Grande-PB	7
2.3	A segregação socioespacial, a especulação imobiliária e atuação do poder público.....	11
3	MATERIAIS E MÉTODOS	18
3.1	Caracterização da área geográfica de pesquisa.....	19
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
	REFERÊNCIAS	22
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA USUÁRIOS DO PMCV	23
	APÊNDICE B - Questionário para Agentes Diretamente Envolvidos no Processo de Produção e Comercialização de Moradias do PMCMV em Campina Grande, PB.....	24

**A EXPANSÃO IMOBILIÁRIA EM ÁREAS PERIFÉRICAS DO MUNICÍPIO DE
CAMPINA GRANDE-PB E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA:
habitação, segregação socioespacial e especulação**

**REAL ESTATE EXPANSION IN PERIPHERAL AREAS OF CAMPINA GRANDE-
PB AND THE MINHA CASA MINHA VIDA PROGRAM: housing, socio-spatial
segregation and speculation**

Amaro Soares Bezerra¹
Arthur Tavares Valverde²

RESUMO

O trabalho apresentado consiste em uma análise acerca da expansão imobiliária em áreas periféricas do município de Campina Grande-PB, mediante a atuação do Programa Minha Casa Minha Vida. Para tal, buscou-se na literatura correspondente, um breve histórico da política habitacional no Brasil a partir da década de 1930, chegando até os dias atuais. A pesquisa aborda também questões sobre a seleção e a distribuição dos espaços destinados, a construção das moradias do Programa, a seleção dos usuários, a ocorrência de segregação socioespacial, a atuação do poder público no processo, as políticas públicas implementadas nos empreendimentos citados e a especulação imobiliária da terra.

Palavras-chave: Habitação. Programa Minha Casa Minha Vida. Segregação Socioespacial. Especulação Imobiliária.

ABSTRACT

The work presented consists of an analysis about the real estate expansion in peripheral areas of the city of Campina Grande-PB, through the performance of the Minha Casa Minha Vida Program. To this end, a brief history of housing policy in Brazil was sought in the corresponding literature, from the 1930s to the present day. The research also addresses questions about: the selection and distribution of spaces intended for the construction of the Program's housing, the selection of users, the occurrence of socio-spatial segregation, the role of the government in the process, the public policies implemented in the aforementioned projects and the land real estate speculation.

Keywords: Housing. Minha Casa Minha Vida Program. Social-spatial segregation. Real State Speculation.

¹ Licenciado no curso de Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba

² Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; professor do curso de Geografia na Universidade Estadual da Paraíba

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui proposta consiste em uma investigação acerca da expansão imobiliária em áreas periféricas do município de Campina Grande mediante a atuação do Programa Minha Casa Minha Vida. Através deste enfoque central, discutiremos a associação entre habitação, segregação socioespacial e especulação como processos intercalados na dinâmica da produção socioespacial da cidade.

Para isto, partimos da seguinte questão de pesquisa: de que forma a efetivação do Programa Minha Casa Minha Vida em Campina Grande-PB tem contribuído para a expansão imobiliária em áreas periféricas e articulado, na produção do espaço para habitação popular, os processos de segregação socioespacial e especulação imobiliária?

Na busca da resposta desta questão, o objetivo geral estabelecido consiste em compreender a atuação do Programa Minha Casa Minha Vida no Município de Campina Grande, PB e a expansão imobiliária para áreas periféricas a partir da articulação contraditória entre a habitação popular e os processos de segregação socioespacial e especulação imobiliária.

Acredita-se, desse modo, que a pesquisa se faz importante, uma vez que propõe uma abordagem acerca da atuação da política pública habitacional e dos seus diferentes desdobramentos socioespaciais a partir da articulação de sujeitos e processos diferentes, bem como de que forma é desenvolvida a gestão dos recursos destinados a essa modalidade de política pública.

No transcorrer do desenvolvimento dos trabalhos, abordaremos, inicialmente, um breve histórico da política habitacional no Brasil e seus desdobramentos. Em seguida, passaremos a abordar o objeto do tema, o Programa Minha Casa Minha Vida, genericamente em expressão nacional, e, num segundo momento, trazendo-o para um recorte mais específico: o programa no município de Campina Grande, PB. Neste contexto, traremos a discussão acerca dos efeitos produzidos pelo Programa no tocante à Faixa 1, mais especificamente com a construção de moradias em áreas periféricas do município de Campina Grande, PB, a partir da articulação dos agentes público e privado envolvidos, além da a segregação socioespacial e a especulação imobiliária.

O método que nos auxilia nesta pesquisa é o materialismo-histórico-dialético, pelo fato da contraposição das ideias em argumentações que propõem a busca da verdade, e não a persuasão das abordagens aqui trazidas. Quanto aos procedimentos metodológicos, foram realizadas a utilização de pesquisas bibliográficas, a pesquisa documental e a pesquisa de campo. Nesta última, no sentido de apreender a realidade pesquisada, são alvos das respectivas pesquisas os usuários do Programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1, 1,5, 2 e 3, mais especificamente no que concerne à produção e distribuição dos espaços destinados a essas modalidades do Programa.

A pesquisa de campo tem como *lócus* o Município de Campina Grande, dando-se enfoque às áreas periféricas situadas a sudoeste e sudeste do município, tendo como objetos principais de investigação os empreendimentos: Conjunto Habitacional Major Veneziano, o Conjunto Habitacional Acácio Figueiredo, no Bairro do Serrotão; o Conjunto Habitacional Aloísio Campos, no Bairro do Ligeiro (Faixa 1); e amostragem de algumas outras habitações das demais faixas (1,5,2 e 3) enquadrados no programa e existentes no Município de Campina Grande.

A partir desta breve apresentação, discorreremos sobre o tema objeto do presente trabalho, abordando inicialmente um breve histórico da habitação no Brasil, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em Campina Grande, apontando

aparentes indícios de segregação socioespacial, especulação imobiliária e fragilidade na atuação do poder público. Em seguida, passamos para a metodologia e métodos, nos quais veremos a caracterização da área geográfica da pesquisa e a pesquisa de campo propriamente dita, através dos questionários elencados para os usuários do programa e os agentes envolvidos na comercialização dos imóveis fruto do programa, bem como entrevistas realizadas com agentes públicos gestores de equipamentos de políticas públicas existentes nos empreendimentos. Logo após, passaremos a apresentar os resultados e discussões sobre o que foi apreendido e, por derradeiro, uma breve considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A habitação no Brasil: breve histórico

O Brasil caracteriza-se por um processo de urbanização complexo que envolve, em sua configuração, problemas diversos, dentre os quais estão a precarização e falta de habitação. Neste contexto, conforme apontam Monteiro e Veras (2017), compreender a questão habitacional no Brasil inclui refletir acerca da própria urbanização e identificar as transformações na produção e estruturação do espaço urbano a partir deste fenômeno. A urbanização brasileira decorre de uma relação de paridade com o processo de industrialização, sendo, conseqüentemente, mais expressivo a partir das últimas décadas do século passado, quando a indústria se expande com mais notoriedade.

A partir do desenvolvimento industrial e do crescimento da urbanização, a expansão imobiliária ganha força dando ênfase ao crescimento das cidades. Neste cenário, o capital privado torna-se um agente com intensa atuação e especulação, criando espaços de atração de investimentos e renegando outros.

No que se refere à atuação do Estado no âmbito habitacional, segundo Bonduki (1998), as primeiras moradias construídas com fins sociais ocorreram no final da década de 1930. Ainda segundo este autor, tais iniciativas levadas a termo com recursos de caixas de pecúlios e pensões (os IAPs) focavam em determinados segmentos sociais e baseavam-se em interesses políticos e ideológicos, deixando de fora outros indivíduos mais necessitados. Essas habitações conhecidas como IAPIs (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários), além de não atenderem às demandas da população necessitada, também demandavam valores inacessíveis a essa população, que ficava excluída do processo de aquisição.

Em meados da década de 1940, nasceu o Programa denominado FCP (Fundação da Casa Popular), com inexpressivo avanço no campo sócio-habitacional, pois também se mostrava carregado de interesses políticos e ideológicos, que também excluía a parcela mais necessitada de moradia. Esse Programa deu lugar aos programas habitacionais do BNH (Banco Nacional da Habitação) em meados da década de 1960, que posteriormente vieram a ser substituídos pelo programa Minha Casa Minha Vida (ARAÚJO; DINIZ, 2014), programa este considerado, até então, como o programa que mais tem promovido a aquisição de moradias populares aos cidadãos de baixa renda, utilizando recursos do Governo Federal, FGTS e BNDS. O programa foi concebido em 2008 e implantado no ano de 2009, no seio do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), e que doravante o discutiremos em alguns aspectos, no transcorrer do presente trabalho.

2.2 O Programa Minha Casa Minha Vida em Campina Grande-PB

Campina Grande, uma das mais antigas localidades do interior do estado da Paraíba, foi primitivamente uma aldeia de índios Cariris. Em 1697, o português Teodósio de Oliveira Lêdo fixou ali a tribo dos Ariás, iniciando-se, no ano seguinte, a catequese dos indígenas por um franciscano enviado pelo governador na Capitania, Manoel Soares de Albergaria. Situado em boa posição geográfica, entre o alto sertão e a zona litorânea, com terras propícias às culturas de mandioca, milho e outros cereais indispensáveis à vida dos colonos, o aldeamento converteu-se rapidamente em povoado próspero, que já em 1769 era freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição (IBGE, 2011).

Em 1790, transformou-se em vila sob a denominação de Vila Nova da Rainha. A população local participou dos movimentos revolucionários de 1817, 1824 e 1848. Em 1874, irrompeu no Município a insurreição do "Quebra-quilos", motivada principalmente pela decretação de impostos e adoção do novo sistema de pesos e medidas, estendendo-se o movimento a várias outras cidades e províncias do Nordeste. Em 1888, Campina Grande tinha cerca de quatro mil habitantes e era talvez a mais populosa e próspera localidade do interior da Paraíba. Passando por ali, a principal estrada que ligava os sertões paraibanos e rio-grandenses do norte às cidades da Paraíba e do Recife, o movimento comercial da cidade já era intenso, a essa época, principalmente entre quinta-feira e sábado, quando se realizavam as feiras de gado e de gêneros alimentícios.

O município de Campina Grande possui atualmente uma população estimada em 413.830 habitantes (IBGE 2021), constatados 385.213 habitantes no último censo (IBGE 2010), a densidade demográfica é de 648,3 habitantes por Km², o salário médio mensal dos trabalhadores é de 2,2 salários mínimos (IBGE 2017), o PIB fixado em R\$ 8,373 Bi e PIB per capita R\$ 20.534,71 (IBGE 2016), IDHM: 0,720% (IBGE 2010), área da unidade territorial: 593,026 Km² (IBGE 2018), esgotamento sanitário adequado: 84,14% (IBGE 2010), arborização de vias públicas: 82,5% e urbanização de vias públicas: 19,4% (IBGE 2010).

Após este breve histórico e algumas informações básicas referentes ao município de Campina Grande, passaremos a analisar o processo de produção do espaço urbano, primeiramente no que se refere a designação e distribuição deste para a construção de moradias populares destinadas a indivíduos beneficiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida Faixa I neste município. Conforme Monteiro e Veras (2017), "O problema da moradia no Brasil, principalmente para as populações menos favorecidas, historicamente está atrelada ao crescimento das cidades." As autoras se referem ao crescimento das cidades em face da necessidade de produção do espaço urbano decorrente da demanda de mão de obra, ofertadas pelos eventos da industrialização e da produção de serviço, cabendo ao estado promover, coordenar, fiscalizar e distribuir moradias dignas para esses indivíduos por si só ou em parceria com os agentes privados do ramo (incorporadores, construtores e demais agentes imobiliários). Neste sentido, verifica-se que, segundo informações contidas no documento: Análise Retrospectiva e Situação Atual - Março de 2016 (Prefeitura Municipal de Campina Grande), o déficit habitacional do município é de 13,1%, àquela época, devendo ser levado em consideração que moradias foram entregues à população de baixa renda, por exemplo, o Conjunto Habitacional Aluísio Campos, faixa 1 do PMCMV, com 4.100 moradias (Novembro 2019).

Segundo Carlos (2011, p 45) "[...] a esterilização da terra, fragmentação e remembramento, assim como loteamentos descontínuos na periferia [...], são práticas

estabelecidas pelo proprietário da terra na periferia rural-urbana, designando o espaço mais distante para a construção dessas moradias, promovendo uma expansão descontínua do urbano, deixando o espaço anterior para ser valorizado em função do posterior. Podemos citar como exemplo no município de Campina Grande: os conjuntos residenciais Acácio Figueiredo e Major Veneziano, na alça sudoeste da cidade, em relação aos condomínios fechados (classe média e emergente): Serra Ville, Park Ville e Monte Ville, geograficamente anteriores aos conjuntos supracitados. Outro exemplo é o recém construído conjunto residencial Aluísio Campos, em relação a região periférica do bairro Itararé (alça leste) e as margens da BR 230 (Transamazônica) a sudoeste.

Também é de bom arbítrio ressaltar ainda neste contexto a ocorrência de loteamentos e empreendimentos destinados a indivíduos beneficiados pelo programa, porém de outras faixas (1,5,2 e 3), que possuem poder aquisitivo mais elevado, estes ficam entre o posterior (nova periferia) e anterior (então periferia), podemos citar como exemplo: os loteamentos Portal Sudoeste e Portal Campina (alça sudoeste); conjunto residencial Campina Residence, ao Sul e o loteamento Portal dos Bosques, ao Norte.

Imagem 1: Complexo Habitacional Aluísio Campos.



Fonte: Trabalho de campo - Autor: A. Bezerra (Mar,2022)

Imagem 2: Conj. Residencial Major Veneziano



Fonte: Trabalho de campo - Autor: A. Bezerra (Mar, 2022)

Imagem 3: Loteamento Acacio Figueiredo



Fonte: Trabalho de Campo - Autor: A. Bezerra (Mar, 2022)

Imagem 4: Loteamento Portal Sudoeste



Fonte: Trabalho de Campo - Autor: A. Bezerra (Mar 2022)

Imagem 5: Loteamento Portal dos Bosques



Fonte: Trabalho decampo - Autor: A. Bezerra (Mar 2022).

Pelo que é descrito acima, percebe-se nitidamente a existência de segregação do espaço, quando é designada a porção mais longínqua destinada à construção das moradias para os indivíduos mais necessitados, beneficiários do programa, colocando-os distantes dos seus locais de trabalho, deficientes de meios de transportes, com precários equipamentos de políticas públicas (em alguns casos existem os equipamentos, porém são deficientes de aparelhamentos, em especial de pessoal). Essa fragmentação espacial promove a especulação da terra entre o urbano (região central) e a nova periferia criada pelo dono da terra. De acordo com Sogame (2001, p. 95), “tais acontecimentos são decorrentes principalmente da expansão periférica, notadamente nas áreas metropolitanas; a formação de lugares separados, descontínuos e segregados do ponto de vista espacial”. O Programa Minha Casa Minha Vida tinha como meta construir um milhão de moradias para a população de baixa renda, ao custo de R\$ 34 bilhões em empréstimos e subsídios (R\$ 60,8 bilhões em valores atuais, corrigidos pela inflação).

Tabela 1: Simulador de perfil de renda para o programa Minha Casa Minha Vida

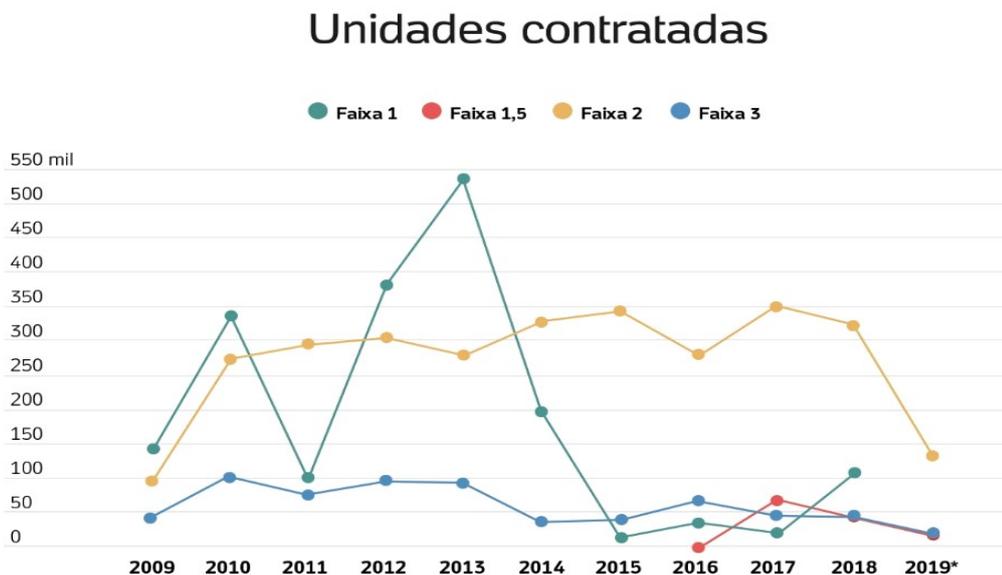
SIMULADOR DE PERFIL DE RENDA PARA O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA		
FAIXA	RENDA/SALARIO	TAXA DE JUROS
FAIXA 1	ATÉ R\$ 1.800,00	0
FAIXA 1,5	DE R\$ 1.800,00 ATÉ R\$ 2.600,00	5%
FAIXA 2	DE R\$ 2.600,00 ATÉ R\$ 3.000,00	6%
	DE R\$ 3.000,00 ATÉ R\$ 4.000,00	7%
FAIXA 3	ATÉ R\$ 7.000,00	8,16%
	ATÉ R\$ 9.000,00	9,16%

Fonte: Jus Brasil, 2018 ³

Pode-se observar no gráfico a seguir que tanto as contratações quanto as unidades entregues demandam maiores quantidades de unidades destinadas à Faixa 1, objeto da nossa análise. Também de modo bastante visível, notamos uma certa oscilação mais acentuada, num determinado espaço-tempo, que no delimitar do período leva a uma constância, demonstrando uma brusca queda no atendimento dessa faixa mais necessitada em favor da outra com maior poder aquisitivo, desta forma aflora-se a constatação de tratamento desigual entre as faixas a contar do ano de 2015 e conseqüentemente a interrupção na diminuição do déficit habitacional no âmbito dessa faixa.

³ Disponível em <https://fernandokoreeda.jusbrasil.com.br/artigos/598665245/conheca-as-4-faixas-de-renda-do-programa-minha-casa-minha-vida-2018> inha-vida-2018. Acesso em 3 de mar de 2022

Gráfico 2: Unidades entregues do Programa Minha Casa Minha Vida por faixa

Gráfico 2 : Arte UOL - Unidades entregues ⁴

Em Campina Grande, o programa minha casa minha vida Faixa1 construiu expressiva quantidade de unidades habitacionais para o público beneficiado, podemos citar como exemplo, as 1948 UHs (Unidades Habitacionais) nos bairros de Três Irmãs e Cidades, nos loteamentos Raimundo Suassuna e Acácio Figueiredo, com um investimento de R\$ 91.208.626,86 (CEHAP) (ARAÚJO,C.M; DINIZ, 2014) e, recentemente, o conjunto habitacional Aluízio Campos, considerado um dos maiores, senão o maior conjunto habitacional do País, onde foram construídas 4.100 UHs . Tendo sido investido inicialmente um recurso da ordem de 233 milhões (FAR) (paraíbaonline.com.br, fonte: Ministério das Cidades), tendo a obra sido contratado em 2014 e entregue em 2019, com o valor corrigido ficando em cerca 400 milhões de reais.

Com uma população estimada em 409.731 habitantes (IBGE, 2019), fica claro que apesar da magnitude dos empreendimentos, estas unidades habitacionais não atendem as demandas da população necessitada de tais benefícios. E ainda quando se tem informação comprovada por órgão governamental (IBGE último censo) da existência de moradias fechadas, não ocupadas, num total correspondente a 10,2% do total de habitações contabilizadas à época (MAIA, 2013 *apud* ARAÚJO; DINIZ, 2014), aí se torna mais preocupante ainda, pois percebe-se que a problemática vai muito mais além do déficit habitacional. Esta questão será discutida no próximo tópico.

2.3 A segregação socioespacial, a especulação imobiliária e atuação do poder público.

De acordo com Monteiro e Veras (2017, p. 8/13) “[...] o homem sempre procurou um local para se abrigar [...] a habitação é essencial, e todos precisam dela,

⁴ Disponível em <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/minha-casa-minha-vida-dez-anos>. Acesso em 3 de mar de 2022

independe da condição social, devendo então ser compreendida como um produto de uma necessidade humana básica de todo cidadão”. Tomando como referência norteadora as palavras das autoras, faz-se mister enfatizar alguns aspectos de primordial importância para que se chegue a oferecer habitação que contemple em plenitude as condições de moradias supracitadas:

Em primeiro lugar, destacamos a escolha dos espaços para construção dessas moradias, via de regra em localidades muito além do periférico urbano (espaços fragmentados), desconectadas da área central da cidade, principalmente os empreendimentos destinados aos beneficiários da Faixa 1 do programa MCMV, a exemplo dos já existentes na cidade de Campina Grande (Acácio Figueiredo, Major Veneziano e Aluizio Campos);

Em segundo lugar, a ausência de equipamentos de políticas públicas ou na sua existência, a falta de aparelhamento (material e pessoal) suficiente para atender a demanda daqueles moradores, alguns desses equipamentos de políticas públicas, por falta de condições (pessoal e material) para seu funcionamento pleno, acabam ficando parcial ou totalmente abandonados, com seus equipamentos entrando em estado de deterioração por falta de uso e manutenção, tais como se repetem em tantas outras cidades do país, alvo de reportagens e documentários.

Imagem 6: Eqp Políticas Públicas



Fonte: o autor

Imagem 7: Academia Popular do Complexo Habitacional Aluizio Campos depredada e abandonada.



Fonte: o autor

E, em terceiro lugar, destacamos o aspecto referente a mobilidade dos moradores desses conjuntos, cujo o transporte público é quase inexistente, poucas linhas de coletivos (as vezes uma única), com horários exageradamente espaçados, preços de passagens elevados devido a distância da região central, esses coletivos em horário de pico, andam sempre lotados, o que torna a viagem desconfortável, cansativa e atualmente, meio a pandemia da covid-19 ,expõe os usuários a perigo eminente de contaminação.

Diante do exposto, podemos apontar, conforme Sogame (2001), a ocorrência da expansão periférica na região metropolitana da cidade formada em espaços separados, descontínuos e segregados socioespacialmente, confinando aqueles indivíduos em lugares distintos, que rompe a sua interação com os indivíduos das demais faixas sociais, ficando esta relação restrita apenas as atividades funcionais trabalhistas. Porque esses indivíduos são separados (segregados)? É do que trataremos a seguir fazendo uma reflexão a partir do que será relatado sobre os trabalhos de campo.

A pesquisa de campo foi levada a termo, utilizando-se o método da entrevista, onde foram entrevistados moradores contemplados com as moradias do programa nas comunidades já citadas anteriormente (Conjunto Residencial Major Veneziano, Conjunto Residencial Aluísio Campos e Conjunto Residencial Acácio Figueiredo), gestores de equipamentos de políticas públicas existentes nessas comunidades; e por derradeiro, agentes direta ou indiretamente envolvidos no processo de produção e comercialização desses imóveis (construtores e agentes imobiliários). Mediante a elaboração de um questionário contendo cinco perguntas objetivas, este foi aplicado a trinta moradores das comunidades alvo, sendo dez em cada comunidade desses empreendimentos da Faixa 1 do PMCMV.

As perguntas do questionário fizeram referência aos seguintes aspectos: ao acesso ao programa; ao produto e tipos de moradias oferecidas; aos equipamentos de políticas públicas instalados e em operação nos empreendimentos; aos transportes públicos (disponibilidade); e a localização do empreendimento em relação as áreas centrais da cidade e seus locais de trabalho. Norteados por esse questionário foram levantadas junto aos moradores usuários do programa, as seguintes informações: referente ao quesito nº 1, que trata do acesso aos órgãos encarregados da seleção para habilitação à moradia do programa, foi verificado que 73,91% dos entrevistados

tiveram algum tipo de dificuldade para acessar a esses órgãos, tanto virtual, quanto presencialmente, nesta última modalidade, o fator majoritário foram a espera em longas filas.

Referente ao quesito nº 2 que trata da satisfação dos moradores em relação as moradias oferecidas, 78,26% declararam que as moradias em diversos casos não se adequam a quantidade de membros da família e que deveriam ser construídas de acordo com as informações cadastrais dos usuários; que são construídas levando em consideração um único modelo familiar. No tocante ao quesito nº 3, que trata da existência e funcionalidade dos equipamentos de políticas públicas, 82,61% dos usuários entrevistados relataram situações de ordem de funcionamento precário por esses equipamentos nos três empreendimentos alvos da pesquisa, tais como: falta de medicamentos e insumos e profissionais de odontologia nos postos de saúde; o Conjunto Habitacional Major Veneziano não possui escola e nem creche, os moradores dessa comunidade, são atendidos pelo Conjunto Habitacional Acácio Figueiredo, havendo a disponibilidade de vagas, ou por outras comunidades mais distantes.

Também foi verificada a inexistência da disponibilidade de escolas do ensino médio nos três conjuntos habitacionais, dispondo apenas de creche e de escolas do ensino fundamental. O quesito nº 4 que trata da disponibilidade de transportes públicos no âmbito das comunidades, 96,55% dos entrevistados afirmaram a existência de transportes públicos no seio das comunidades em horários regulares, até as 22hs, de modo satisfatório. E por fim o quesito nº 5, que trata da localização dos empreendimentos em relação as áreas centrais da cidade e os locais de trabalho dos usuários, 82,61% dos usuários entrevistados revelaram que a localização dos empreendimentos fica distantes dos centros urbanos e dos locais de trabalho, tornado os deslocamentos cansativos e de longa duração além de dispendioso financeiramente, face aos altos preços das passagens.

Passando para o segundo momento da pesquisa, relataremos algumas informações coletadas junto aos gestores de equipamentos de políticas públicas instalados no âmbito das referidas comunidades: no Conjunto habitacional Aluísio Campos, foi verificado a existência dos seguintes equipamentos de políticas públicas: escola do ensino básico fundamental, creche, unidade básica de saúde (UBS) e algumas áreas de convivência e lazer (praças, academias populares ao ar livre etc.). em conversa com a gestora da UBS, Sra. Nicole, a mesma informou que o conjunto dispõe de duas unidades dessa categoria, atendendo cerca de 11.000 usuários dentro do programa denominado "Saúde da Hora" que proporciona o atendimento básico de 1º nível para todas as faixas etárias mediante cadastro do SUS, informou ainda que as unidades funcionam a contento, dispondo de profissionais qualificados, porém em alguns espaços temporais ocorrem a escassez ou até mesmo falta de medicamentos e insumos para atender a demanda dos usuários.

Já na creche, o cenário encontrado é bem melhor, segundo a gestora Sra. Adriana, a creche atende 270 crianças em horário integral e parcial conforme o caso, integral: berçário e maternal; e parcial, crianças de 04 a 05 anos. A creche ainda, dispõe de pessoal e material satisfatório ao pleno atendimento das suas demandas. No Conjunto Major Veneziano, estivemos na UBSF (Unidade Básica de Saúde da Família), único equipamento de política pública instalado na comunidade. Em conversa com a agente comunitária de saúde, Sra. Carmem, esta informou que o Conjunto Residencial Major Veneziano, subdivide-se em quatro subconjuntos comportando 496 Unidades Habitacionais, conseqüentemente gerando uma demanda de atendimento básico para aproximadamente 2.000 famílias, estimando-se 2.000

peças por subconjuntos, disponibilizando-se os atendimentos de clínico geral, enfermeiro, técnico em enfermagem, farmácia e vacinas.

Este atendimento está dividido em duas equipes a saber: Equipe 1: Major Veneziano I e II e Equipe 2: Major veneziano III e IV. O Conjunto Residencial Major Veneziano, foi entregue sem a UBSF, que veio a ser instalada e entregue a comunidade no ano de 2021, afirmou a Agente Comunitária. Um aspecto julgado relevante, revelado ainda pela Agente Comunitária, advém de uma ação conjunta promovida pela Caixa Econômica Federal e a Secretaria de Planejamento do Município (SEPLAM), que se trata do suporte a essas comunidades, durante os primeiros dois anos de suas existências, referente a: esporte, assessoria jurídica, cultura e acompanhamento a idosos. Convém ainda ressaltar que o Conjunto Residencial Major Veneziano não dispõe dos EPPs, referentes a escola e creche, utilizando-se da comunidade vizinha (Acácio Figueiredo) e bairros adjacentes.

Após ter entrevistado moradores usuários do PMCMV nestas comunidades e gestores de EPPs, passamos a terceira fase da pesquisa, a entrevista com alguns agentes imobiliários direta ou indiretamente envolvidos no processo de produção e comercialização das moradias do programa. Para tal foi elaborado um questionário (apêndice 2), constituído por três perguntas, indagando como o agente visualiza a expansão urbana no Município de Campina Grande, face a construção de moradias do PMCMV; se os valores cobrados aos usuários são justos; e se concorda que existe indícios de segregação socioespacial e especulação imobiliária, no que se refere a designação das áreas selecionadas para construção dessas moradias.

Então foi aplicado o questionário à três agentes distintos e afins: uma corretora de imóveis especialista em comercialização de moradias do PMCMV; um proprietário de imobiliária e também Diretor do SECOV (Sindicato das Empresas de Compra, Venda e Administração de Imóveis na Paraíba). A primeira entrevistada, Sra. Jailda Cosme Albuquerque, corretora de imóveis, especialista em comercialização de moradias do programa a partir da faixa 1,5 fez as seguintes considerações a seguir: " O PMCMV em Campina Grande é importante em relação ao déficit habitacional para pessoas de baixa renda, face aos subsídios oferecidos e projetos de políticas públicas oferecidos pelo governo.

Também os recursos destinados aos construtores, que movimentam a economia. As linhas de financiamentos ainda são bastante pesadas para ser assimilados pelo público alvo. Os valores cobrados não são justos, pois o custo de produção desses imóveis, estão muito, muito abaixo do preço de comercialização, chegando até 60% de margem de lucro em relação ao custo de produção. A segregação socioespacial e conseqüentemente a especulação imobiliária é recorrente, visto que o dono da terra, que também é o parceiro privado do poder público, designa as suas terras mais periféricas para esses projetos, enquanto as mais próximas do centro urbano permanecem aguardando valorização para serem comercializadas por valores mais elevados com pessoas de renda mais elevada".

O segundo agente entrevistado trata-se do Sr. Dativo Maciel Junior, corretor de imóveis e coordenador de vendas do empreendimento Campina Residence, faixa 1,5 e 2 do PMCMV, situado ao lado do Complexo Habitacional Aluísio Campos, no Bairro do Ligeiro, que fez as seguintes considerações acerca das indagações: "A expansão imobiliária no município de Campina Grande tem ocorrido em uma dinâmica bastante significativa, destacando-se a importância do PMCMV no município, especificamente no que diz respeito a redução do déficit de moradias para pessoas de baixo poder aquisitivo, ainda que os preços praticados poderiam ser mais moderados.

Tais preços se comportam desta maneira, face a ocorrência de oferta e demanda, mesmo sendo o programa limitado por faixas, estas comportam margens que permitem ao construtor majorar os preços até determinado valor conforme a demanda do produto. Quanto a existência de indícios de segregação socioespacial e especulação imobiliária, entende que tais ocorrências não se configuram; e que para a consecução de projetos desses portes, aos custos impostos pelo órgão governamental regulador (CEF), tal viabilidade só se torna possível, sendo essas construções em áreas periféricas mais afastadas do centro urbano, face ao valor elevado da terra, bem como a escassez de espaços para tal, mais próximos do centro urbano.

E, por fim, o terceiro agente entrevistado, o Sr. Fábio Amâncio, proprietário da imobiliária Amâncio Netimóveis, construtor e diretor tesoureiro do SECOV, que respondeu sobre as indagações conforme se segue: " entende que o PMCMV em Campina Grande é muito bem vindo, comenta que estando no mercado imobiliário há mais de 15 anos, pôde vivenciar a viabilidade da aquisição de moradias por parte dos menos favorecidos economicamente. Quanto aos preços praticados, entende que sejam razoavelmente justos, mesmo diante do comportamento especulativo deste mercado. No tocante a ocorrência de indícios de segregação socioespacial, foi enfático em afirmar que tais práticas não ocorrem tão somente em Campina Grande, mas em majoritariamente todo território brasileiro e que as mesmas estão correlacionadas a especulação da Terra.

Segundo Corrêa (1993), são agentes sociais da produção do espaço: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. O autor afirma ainda que a literatura aponta para os proprietários de terras na periferia rural-urbana que esterilizam suas áreas agricultáveis à espera de valorização para fins de loteamento.

No caso da cidade de Campina Grande, acreditamos que também em muitas outras cidades do país, o proprietário fundiário é também o proprietário dos meios de produção, e muitas vezes o promotor imobiliário, restando o Estado, cujo a atuação denota omissão, conforme analisaremos mais à frente; e os grupos sociais excluídos, que diante da suposta omissão do poder público se ver a mercê do capital dominante (entenda-se os três elementos único), quando este estando livre para agir em proveito próprio, passa a promover práticas espaciais segregatórias. É assim que se designam as áreas periféricas mais distantes e desconectadas da região central, deixando uma lacuna entre aquela região central da cidade e a nova periferia, a espera de valorização para a implantação de empreendimentos destinados a indivíduos de classe social e poder aquisitivo mais elevados.



Fonte: Google satélite - Compositor: J. Damasceno, A. Bezerra

Quanto ao cenário acima descrito, em relação a esses agentes dominantes (os três elementos único) e em proporcional escala, pode-se bem aplicar as colocações de Corrêa (1993, p.62-63):

[...] a grande corporação possui uma escala interna de operações de ordem tal que prescinde a presença de outras atividades. [...] pode criar ou induzir a criação de uma série de vantagens na sua própria escala ou investir no poder de pressão junto ao Estado: quantos prefeitos, deputados, senadores e ministros não estão, nos países capitalistas, direta ou indiretamente vinculados a uma ou mais corporações? (CORRÊA, p. 63-63, 1993)

A seguir, passaremos a analisar o papel e a atuação do poder público no contexto do Programa Minha Casa minha Vida (PMCMV), na cidade de Campina Grande. O PMCMV, é, inquestionavelmente, a atividade de política pública habitacional de maior relevância no que tange a proporcionar moradia para os indivíduos de baixa renda. Lançado em 2009, entregou mais de 5 milhões de Unidades Habitacionais (UHs). Até 2019, soma-se mais de R\$ 129,8 bilhões 14 em subsídios financeiros e tributários e outros R\$ 98 bilhões em subsídios do FGTS (preços de 2019) (Relatório de Avaliação do PMCMV, Ministério da Economia, 2020).⁵

Sendo admitido por esse mesmo órgão como a principal política habitacional do governo federal, destinada a atender as demandas em moradias, especialmente para o público de menor renda. O relatório aponta aspectos positivos e negativos na execução do programa, um dos aspectos de relevância negativa, apresenta-se logo no início do processo para distribuição destas moradias, que é a etapa de seleção dos candidatos ao benefício. No município de Campina Grande, o órgão responsável por essa etapa, chama-se CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), ligado ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), e tem por finalidade prestar apoio e proteção a pessoas que residem em áreas de vulnerabilidade.

A literatura aponta para a existência de falhas nesse processo seletivo, onde são utilizados critérios com ausência de imparcialidade, uma vez que indivíduos de poder aquisitivo mais baixo ficam de fora em detrimento de indivíduos que renda mais

⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2021/04/Acesso> em 4 de mar de 2022

elevadas. Para Maia (2013, p. 10) *apud* Monteiro e Veras (2017), em Campina Grande “foram contabilizados 126.131 domicílios particulares, destes, 10.202 encontram-se fechados, não ocupados, o que corresponde a 10,20%”.

Analisando o número de unidades habitacionais vazias e a oferta do “Programa Minha Casa, Minha Vida”, juntamente com as reais necessidades habitacionais das famílias da cidade de Campina Grande. Percebe-se que além das desigualdades sociais entre classes, existem as diferenças de atuação do poder público, segundo cada uma delas, onde a camada social com maior poder aquisitivo acaba por possuir benefícios para a participação no programa em questão, acarretando assim um desvio com relação ao proposto pelo PMCMV.” Face ao exposto verifica-se que tais ocorrências têm precedentes históricos, que não sofreram solução de continuidade, um dos aspectos onde se verifica a confirmação dessas falhas é quando se busca habitação para locação e nos deparamos com anúncios imobiliários ofertando imóveis do programa para tal finalidade (faixas 1, 1, 5, 2 e 3), e ainda se tem notícias de indivíduos que colocam a venda, imóveis recebidos do programa, contemplados na faixa 1.

Tais práticas, ratificam as colocações dos autores acima e também a ineficiência dos órgãos responsáveis pela seleção e fiscalização das etapas do PMCMV. Ainda em relação a atuação do poder público junto ao programa, não se pode desprezar a prática e a manutenção das políticas públicas no seio desses empreendimentos, no que se refere a implementação de equipamentos públicos (escolas, postos de saúde, segurança, transporte e lazer), visto a desconectividade desses espaços em relação e região central da cidade. Em Campina Grande se observa parcialmente a existência desses equipamentos, pelo fato de existirem em alguns espaços, porém sem aparelhamento. Os aspectos mais observados ausentes nesse contexto são a segurança e o transporte precários.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Prodanov e Freitas (2013) entendem que a concepção de método é envolver o estabelecimento de um procedimento ou caminho para alcançar determinado fim. Neste sentido, sendo a finalidade da ciência a busca do conhecimento, pode-se dizer que o método científico é um conjunto de procedimentos adotados com o propósito de atingir esse conhecimento. Por essa ótica, a perspectiva de método que nos auxilia nesta pesquisa é predominantemente o método dialético.

Para realização da pesquisa partiu-se da abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos metodológicos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica buscou levantar bases teóricas que pudessem auxiliar no entendimento (teórico) dos processos discutidos, de modo que foram discutidos textos relacionados a temas como: produção do espaço urbano, políticas habitacionais, segregação socioespacial, entre outros.

Na pesquisa documental, foram analisados documentos tais como: legislação, relatórios e outros de fontes fidedignas que comprovem ou apontem para as dialéticas discutidas e analisadas no contexto do presente trabalho no que diz respeito ao PMCMV, de modo mais específico a faixa 1 do programa no município de Campina Grande.

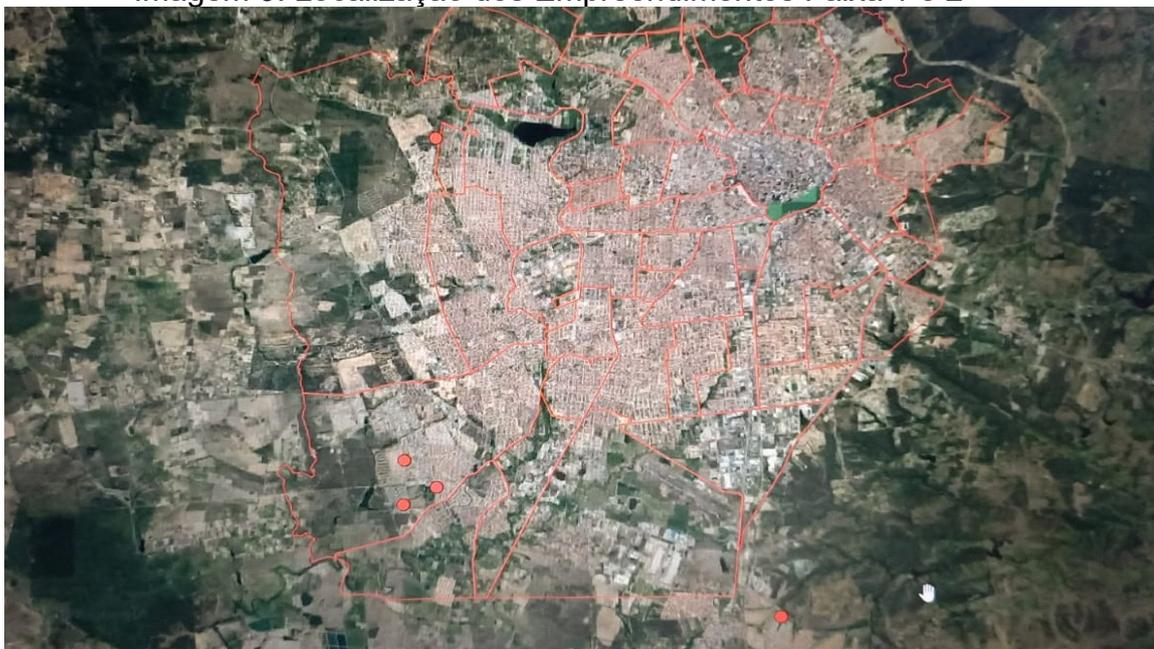
Já na pesquisa de campo, buscou-se as informações empíricas para apreender a realidade pesquisada. Na pesquisa de campo foram aplicados questionários e entrevistas semiestruturadas, junto aos usuários do programa, gestores de

equipamentos de políticas públicas e agentes direta e indiretamente envolvidos no processo de produção e comercialização das moradias destinadas ao programa.

3.1 caracterização da área geográfica de pesquisa

A pesquisa teve como lócus o município de Campina Grande, no estado da Paraíba. Dentro do município de Campina Grande, as áreas selecionadas para a análise da atuação do Programa Minha Casa Minha Vida, correspondem aos empreendimentos: conjunto habitacional Major Veneziano, o Conjunto Habitacional Acácio Figueiredo, nos Bairros do Serrotão e Três Irmãs respectivamente; e Conjunto Habitacional Aloísio Campos, no Bairro do Ligeiro. Os empreendimentos referentes as demais faixas, 1,5, 2 e 3, destacamos o Conjunto Habitacional Campina Residence, no Bairro do Ligeiro e os Loteamentos Portal Sudoeste, Portal Campina e Portal dos Bosques, nos Bairros do Serrotão e Bodocongó respectivamente, conforme apresentam-se nas composições a seguir:

Imagem 9: Localização dos Empreendimentos Faixa 1 e 2



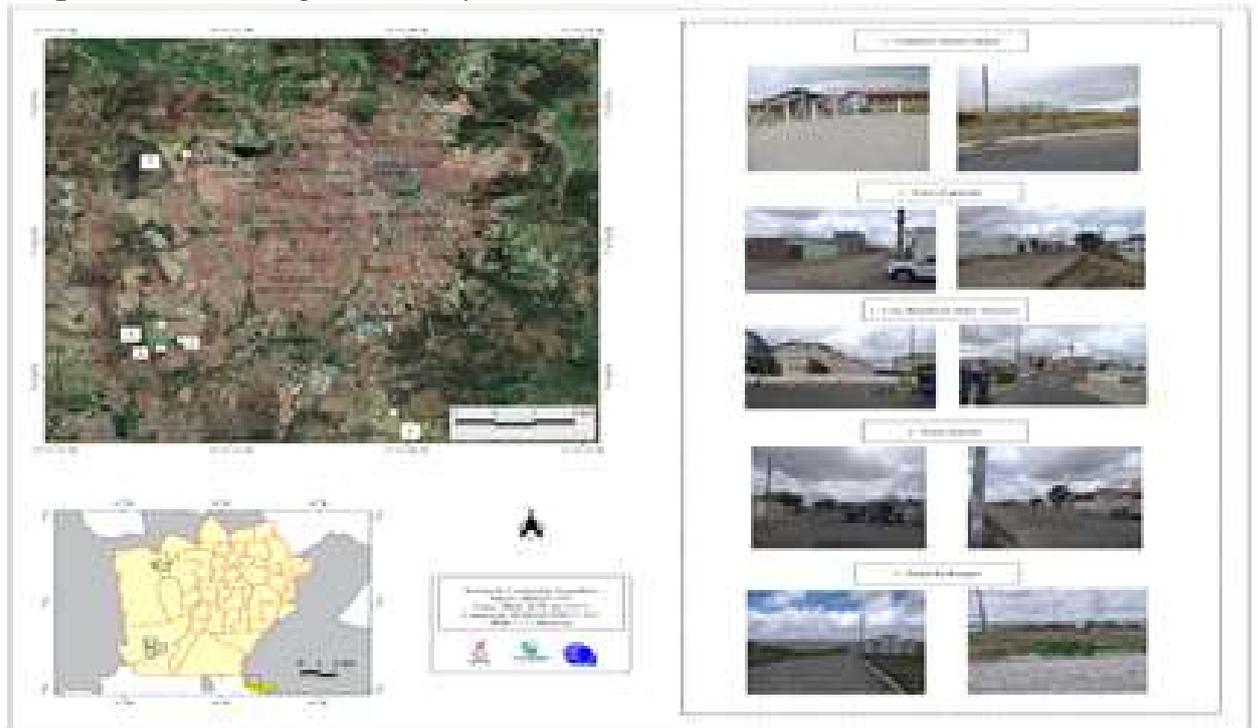
Fonte: Google Satélite - Compositor: J. Damasceno, A. Bezerra

Imagem 10: Mapa Político Administrativo de Campina Grande, PB



Fonte: IBGE - Compsitor: J. Damasceno, A. Bezerra (Mar, 2022)

Imagem 11: Localização dos empreendimentos e fotos no terreno.



Fonte: Google satélite, IGE.

Analisando as composições apresentadas, podemos perceber a ocupação periférica mais à extremidade do centro urbano da cidade, também se verifica que, os empreendimentos das faixas 1, 5, 2 e 3 (Campina Residence, Loteamento Bellagio Loteamento Portal Sudoeste, Loteamento Portal Campina e Loteamento Portal dos Bosques), mesmo sendo destinados majoritariamente à construção de moradias do programa, porém para indivíduos de maior poder aquisitivo, estão distribuídos mais para a região central anteriormente aos empreendimentos da faixa 1, fator este que caracteriza a especulação da terra. Ainda neste contexto, é possível se verificar a existência de fragmentos de terras entre o centro urbano e esses loteamentos, esses fragmentos permanecem à espera de valorização para destinação a construção de empreendimentos com valores mais elevados (condomínios horizontais e verticais) destinados a indivíduos de poder aquisitivo mais elevados, o que caracteriza a segregação socioespacial em relação aos indivíduos de baixa condição financeira usuários do PMCMV.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É mister reconhecer que o PMCMV em Campina Grande se mostrou de significativa relevância, atendendo, em tese, as necessidades dos indivíduos de menor poder aquisitivo, no campo do acesso a moradia. Como pôde ser observado no presente trabalho, a quantidade de moradias contratadas e entregues ao público alvo, referentes aos empreendimentos supracitados podem ser consideradas expressivas face as demandas do município neste contexto. Mesmo diante das ocorrências de aspectos negativos apontados no desenvolvimento deste trabalho, colhidos através da pesquisa de campo, no que se refere a segregação socioespacial, a especulação imobiliária da terra, a implementação, gestão e funcionalidade da políticas públicas sociohabitacionais.

Neste cenário, considerando a trajetória histórica da política habitacional no Brasil para os menos favorecidos e à luz do que se revelou nos trabalhos de campo, infelizmente ainda pode-se afirmar que, o PMCMV, apesar da expressiva relevância no contexto habitacional, também deixou muito a desejar no que tange as gestões dos recursos destinados, da seleção dos contemplados, dos espaços destinados a construção das moradias, e da implementação e funcionalidade das políticas públicas habitacionais.

O sistema é desumano, não possui sentimento, só o capital interessa, apodera-se dos recursos do contribuinte direto ou indireto, como se lhe estivesse fazendo um favor e dilui esses recursos, majoritariamente a interesses excusos, desviando-lhe a finalidade através de manobras que mascaram a verdadeira destinação. Não oferece nada sem um retorno extremamente caro em seu favor.

São necessários muitos avanços no campo sociohabitacional para que se conceba uma política habitacional mais justa, que atenda realmente aqueles mais necessitados. Estamos recentemente diante de uma nova versão de política habitacional (Casa Verde e Amarela). Será que prospera ou só trocaram o pano da mesa?

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Celine Mendes; DINIZ, Ana Cláudia Araújo. "Programa Minha Casa Minha Vida" em Campina Grande-PB: Habitação para quem? **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas especiais**, Recife, v. 03, n.02, 2014.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: Arquitetura moderna, Lei de Inquilinato e Difusão da Casa Própria. 5 Ed. São Paulo: Estação Liberdade Ltda, 2011.

BRASIL. Ministério da Economia. **Relatório de Avaliação PMCMV**, Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria do Ministério da Economia (Dez, 2020)

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 2 Ed. São Paulo: Ática, 1993.

_____. **Região e organização espacial**. 2 Ed. São Paulo: Ática, 1987.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **História das Cidades – Campina Grande-PB**. 2010. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/historico> Acesso em 27 de fev de 2022.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. A Questão Habitacional no Brasil. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 16,e16015, p.01 a 13, 2017.

SOGAME, Maurício. Rudimentos para o exame da urbanização em sua fase crítica: uma aproximação ao conceito de segregação socioespacial. (Doutorando do Curso de Pós-Graduação da Unesp – Presidente Prudente.

APÊNDICE A

Questionário para Usuários do PMCV em Campina Grande, PB.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

QUESTIONÁRIO PARA USUÁRIOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – FAXA 1 A 3

- 1) O Senhor (a) sentiu alguma dificuldade para acessar aos órgãos públicos encarregados da seleção para aquisição de moradias do PMCMV, através dos canais disponíveis (internet, presencial, etc.)? SIM () NÃO ()

- 2) As Moradias oferecidas pelo PMCV, atendem as suas necessidades e da sua família?
SIM () NÃO ()

- 3) Os equipamentos de políticas públicas existentes na comunidade (escola, creche, posto de saúde), estão funcionando? SIM () NÃO ()
3.1) Atendem as necessidades da comunidade? SIM () NÃO ()

- 4) Os transportes públicos (ônibus etc.) , prestam regularmente os serviços de transportes no âmbito da comunidade? SIM () NÃO ()

- 5) O Senhor (a) concorda que a localização da sua moradia é razoável em relação às áreas centrais da cidade e o seu local trabalho? SIM () NÃO ()

APÊNDICE B

Questionário para Agentes Diretamente Envolvidos no Processo de Produção e Comercialização de Moradias do PMCMV em Campina Grande, PB.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**QUESTIONÁRIO PARA AGENTES DIRETAMENTE ENVOLVIDOS NO
PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DE MORÁDIAS DO PMCMV EM
CAMPINA GRANDE – PB (SINDUSCON, IMOBILIÁRIA E CORRETORES DE
IMÓVEIS)**

1) Como o Senhor (a) visualiza a expansão urbana no Município de Campina Grande, PB, em relação a construção de moradias do Programa MCMV (PMCVA)? (resposta gravada em áudio).

2) O Senhor (a) entende que os valores cobrados aos usuários do PMCMV (PMCVA), pela respectiva moradia, são justos? Poderia justificar a sua resposta?

3) O Senhor concorda que existem indícios de segregação socioespacial e especulação imobiliária no que se refere a designação das áreas para construção dessas moradias? Poderia justificar a sua resposta?